

Etnoconservação e a Contribuição do Enfoque Agroecológico

Ethnoconservation and the Contribution of Agroecological Emphasis

CARROCCI, Juliana Baggio. UFSCAR, jubaggio@hotmail.com; PIÑA-RODRIGUES, Fatima Conceição Márquez. UFSCAR; GRILO, Roseana. UNAR.

Resumo

Nas últimas décadas vem sendo construída uma nova ciência e prática da conservação, denominada Etnoconservação, como resultado da constatação das incongruências das teorias conservacionistas. Assim essa nova ciência surgiu em contraposição ao paradigma cartesiano conservacionista, o qual tem sido a principal causa de insucesso das áreas protegidas. Dessa forma analisou-se à luz da etnoconservação a contribuição do enfoque agroecológico para a conservação, concluindo-se que a agroecologia, enquanto ciência transdisciplinar, partindo de uma visão holística e abordagem sistêmica tem a potencialidade para constituir a base de um novo paradigma de desenvolvimento rural sustentável em unidades de conservação, contribuindo para a conservação ambiental e sociocultural.

Palavras-chave: Populações tradicionais, unidades de conservação, agroecologia.

Abstract

In the last decades has been built a new science and practice of conservation, called Ethnoconservation, as a result of the verification of inconsistencies of the conservationists theories. Thus, this new science has emerged in contrast to the cartesian conservation paradigm, which has been the main cause of failure of protected areas. Thus in the light of ethnoconservation, analyzed the contribution of agroecology focus to the conservation, concluding that the agroecology, while transdisciplinary science, from a holistic vision and systemic approach has the potential to be the basis for a new paradigm of sustainable development rural in protected areas, contributing to environmental and sociocultural conservation.

Keywords: *Traditional populations, protected areas, agroecology.*

Introdução

O modelo de unidades de conservação adotado no Brasil constitui um dos principais elementos da estratégia de conservação da natureza. Ele deriva da concepção de áreas naturais protegidas, constituída no século XIX nos Estados Unidos, com o objetivo de proteger a vida selvagem, ameaçada pelo avanço da civilização urbano/industrial. Contudo, uma vez tendo sido criado no contexto ecológico e cultural norteamericano, não se aplica aos países tropicais, assim sua transposição está na base não apenas de conflitos insuperáveis, como de uma visão inadequada de áreas protegidas, disseminando por todo o mundo a dicotomia entre homem e natureza (DIEGUES e ARRUDA, 2001).

No entanto estudos recentes demonstraram que na verdade a degradação se torna mais provável quando as comunidades locais são excluídas, constatando-se a compatibilidade entre a reprodução sociocultural das populações tradicionais e a manutenção da biodiversidade, reconhecendo-se a importância do papel do conhecimento tradicional para a conservação ambiental. Outro fator a dar apoio à mudança de atitude em relação à conservação foi a constatação da biodiversidade como um produto tanto natural quanto cultural, dessa forma as comunidades tradicionais passaram a ser consideradas componentes chave para atingir os objetivos de conservação. Sob esta perspectiva reconheceu-se mundialmente a necessidade de proteger igualmente a diversidade biológica e cultural, recomendando-se envolver cada vez mais

os residentes tradicionais nas fases de planejamento e gestão das áreas protegidas. Contudo, apesar da mudança de enfoque das políticas de conservação, ainda há a necessidade de superar o paradigma cartesiano conservacionista, pois este tem sido uma das maiores causas do insucesso das áreas protegidas (PIMBERT e PRETTY, 1997), assim novos valores, métodos e paradigmas são necessários para que os esforços de conservação tornem-se mais efetivos, eficientes e justos.

Neste sentido, uma nova ciência da conservação vem sendo construída, ainda que de forma incipiente e fragmentada, como resultado da constatação das incongruências das teorias conservacionistas elaboradas nos países do Norte e transplantadas ao Sul (DIEGUES, 2000). Dessa forma, este trabalho objetiva analisar à luz dessa nova ciência e prática da conservação, denominada Etnoconservação, a contribuição do enfoque agroecológico para a conservação ambiental e cultural.

A contribuição da agroecologia para a conservação socioambiental

A Etnoconservação, ao contrário da biologia da conservação, é voltada a aumentar as oportunidades de melhoria da qualidade de vida das populações inseridas em áreas protegidas e a partir daí alcançar o efetivo manejo dessas áreas, viabilizando os objetivos de conservação. Logo, esse enfoque se apóia no potencial endógeno como ponto de partida para qualquer projeto de conservação.

Nesse sentido, o problema com a ciência cartesiana é que esta confere credibilidade a opiniões somente quando definidas em linguagem “científica”, que pode ser inadequada para descrever as experiências das populações rurais e outros grupos envolvidos na conservação e desenvolvimento. Como resultado, isso tem aliado muitas populações desses processos (PIMBERT e PRETTY, 1997). Outro problema, segundo estes autores, advindo da ciência reducionista e da especialização disciplinar, diz respeito à complexidade de fatores que sustentam o êxito dos sistemas nativos de manejo dos recursos naturais, pois sem o entendimento dessa complexidade perdem-se oportunidades de desenhar esquemas adequados de conservação. Reforçando, assim, a necessidade de mudança de enfoque, pois a ciência reducionista e seu inerente desvio etnocêntrico impedem que o aproveitamento do potencial do conhecimento tradicional seja totalmente realizado.

Não obstante, com a emergência de um novo paradigma para a conservação, torna-se necessário reformar o modo de pensar sobre metodologias para descobrir o mundo. Entender a história particular de uma comunidade moderna ou ecossistema é essencial para seu manejo atual, os ecossistemas são dinâmicos e estão em constante transformação, isso tem implicações significativas para os princípios e práticas de manejo (PIMBERT e PRETTY, 1997). Dessa forma, os cientistas precisam literalmente entrar no campo com o intuito de desenvolver um diálogo entre as comunidades rurais, efetivando assim a participação local e contribuindo para a troca de informações entre pesquisadores e a população local, sendo fundamental entender tanto as consequências ecológicas benéficas como as destrutivas das perturbações antropogênicas, incorporando esse conhecimento aos programas de pesquisa e educação (GÓMEZ-POMPA e KAUS, 1992).

Portanto esse novo conservacionismo deve estar ancorado, de um lado, no ecologismo social, o qual enfatiza assim como o novo naturalismo, a necessidade de construir uma nova aliança entre homem e natureza, baseada principalmente na importância das comunidades tradicionais para a conservação de seus territórios, e por outro lado, de que a diversidade cultural, considerada condição para a manutenção da diversidade biológica, somente persistirá se as comunidades tradicionais mantiverem o acesso aos recursos naturais. Assim a valorização do conhecimento e

das práticas de manejo tradicionais deveria constituir a base de um novo conservacionismo. Para tanto, torna-se necessário criar uma nova aliança entre os cientistas e os construtores e detentores do conhecimento local, partindo de que o conhecimento científico e o local são igualmente importantes (DIEGUES, 2000).

Sob esta ótica, é fundamental relatar que o equilíbrio ecossistêmico está intimamente ligado ao modo de vida das sociedades tradicionais e de suas percepções do relacionamento homem-natureza. Contudo, muitas comunidades têm sofrido processos de desorganização e desestruturação social e cultural decorrentes de sua inserção crescente nas sociedades urbano/industriais, demandas econômicas e políticas externas por recursos naturais, perda crescente de suas tecnologias patrimoniais, assim como do acesso aos recursos naturais, passando a utilizar tecnologias novas e destrutivas (DIEGUES, 2000).

Dessa forma urge a necessidade de resgatar o conhecimento e práticas de manejo tradicionais, reestruturando e fortalecendo assim as sociedades tradicionais. Refletindo nesse sentido e tomando como elementos norteadores os princípios da Etnoconservação, assim como a necessidade de integração entre as políticas conservacionistas e as de desenvolvimento, buscando agregar a participação social e o desenvolvimento local como condições para o sucesso dos esforços de conservação, a agroecologia, enquanto ciência de natureza transdisciplinar pode contribuir para tais esforços na medida em que aplica conhecimentos gerados em diversas disciplinas científicas, assim como reconhece e se nutre do conhecimento e experiências dos atores envolvidos, incorporando o potencial endógeno como ponto de partida para os projetos de desenvolvimento rural sustentável.

Outro ponto importante é que a agroecologia como matriz disciplinar, consegue reconhecer a existência do problema da complexidade, de modo a tratar da totalidade dos problemas e não do tratamento isolado de suas partes, levando a uma abordagem que supera a separação entre as ciências naturais e as sociais, permitindo com isso adotar um pensamento complexo de reciprocidade entre natureza e sociedade, pois essas ciências de forma isolada não nos dão os elementos necessários e suficientes para a compreensão dos fatores que afetam a coevolução sociedade-natureza, cujo entendimento é fundamental quando se busca novos patamares de sustentabilidade (CAPORAL et al., 2006).

O enfoque agroecológico apresenta-se, portanto, como contraponto aos cânones da ciência convencional e, ao contrário desta, a ciência Agroecologia, respeitando a diversidade ecológica e sociocultural e, conseqüentemente, outras formas de conhecimento, propugna pela necessidade de gerar um conhecimento holístico, sistêmico, contextualizador, subjetivo e pluralista, nascido a partir das culturas locais (GUZMÁN, 2001).

Quanto a necessidade de resgate do conhecimento e manejo tradicional, a agroecologia fundada nos princípios da produtividade ecotecnológica, ou seja, utilização de práticas agroecológicas construídas sobre o conhecimento tradicional aliado ao moderno, adaptáveis e resistentes aos fatores ecológicos locais, resulta em técnicas “ecologicamente apropriadas e culturalmente apropriáveis”, levando a um processo de reconstrução das práticas e dos valores autóctones das etnias, conservando suas identidades culturais. Assim, essa reconstrução das práticas e valores pelas populações ocorre porque os princípios da produtividade ecotecnológica emergem das culturas que habitam os diferentes ecossistemas e são recuperáveis, através de uma nova racionalidade produtiva, um amálgama do tradicional com o moderno, que passa por processos de transformação e assimilação cultural em práticas produtivas locais, para satisfazer suas necessidades básicas e aspirações dentro de diversos estilos de vida e de desenvolvimento (LEFF, 2002).

Portanto, a agroecologia por meio de seus princípios e métodos, desenha sistemas agroecológicos levando em consideração os objetivos dos atores envolvidos, propondo um perfil de conhecimentos e tecnologias adequado às condições econômica e ecológica locais, no qual a construção desse conhecimento e tecnologias se dá a partir do diálogo de saberes.

Dessa forma, mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecológico dos recursos naturais, a agroecologia “constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da co-evolução social e ecológica, nas suas múltiplas inter-relações e mútua influência” (CAPORAL et al., 2006).

Ademais, partindo de uma noção de sustentabilidade em perspectiva de análise multidimensional, a agroecologia pode contribuir com estratégias para alcançar patamares crescentes de sustentabilidade em suas múltiplas dimensões (econômica, social, ambiental, cultural, política e ética), viabilizando assim os objetivos da conservação, visto que os problemas ambientais estão relacionados a questões de ordem política, econômica, social e cultural como apontado na Conferência de Estocolmo.

Conclusões

Sob a perspectiva da Etnoconservação, a Agroecologia, enquanto ciência do campo da complexidade tem a potencialidade de fornecer os elementos necessários para uma efetiva conservação ambiental e sociocultural, e desta forma constituir a base de um novo paradigma de desenvolvimento rural sustentável em unidades de conservação.

Referências

CAPORAL, F.R. et al. *Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável*. Brasília, 2006. 25p.

DIEGUES, A.C. Etnoconservação da Natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A.C. (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2.ed. 2000. p.1-46.

DIEGUES, A.C.; ARRUDA, R.S.V. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. (Biodiversidade, 4).

GOMÉZ-POMPA; A.; KAUS, A. Domesticando o mito da natureza selvagem, 1992. In: DIEGUES, A.C. (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2. ed. 2000, p.125-147.

GUZMÁN, E.S. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.2, n.1, p.35-45, 2001.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.3, n.1, p.36-51, 2002.

PIMBERT, M.P.; PRETTY, J.N. Parques, Comunidades e Profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. 1997. In: DIEGUES, A.C. (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2.ed. 2000, p.183-223.